



SISTEMATIZAÇÃO
DO PROJETO
CHEGA DE TRABALHO
INFANTIL NA INDÚSTRIA DA
MODA DE SÃO PAULO

SISTEMATIZAÇÃO DO PROJETO
CHEGA DE TRABALHO INFANTIL
NA INDÚSTRIA DA MODA DE
SÃO PAULO



FICHA TÉCNICA

Título do projeto: Chega de Trabalho Infantil na Indústria da Moda de São Paulo

Nome da Organização: Associação Cidade Escola Aprendiz

Duração: Agosto de 2019 a março de 2020

Número de beneficiários diretos ESPERADOS: 100 crianças que estão em situação de trabalho infantil envolvidas na indústria da moda

Número de beneficiários diretos ALCANÇADOS: 129 crianças que estão em situação de trabalho infantil

EQUIPE CIDADE ESCOLA APRENDIZ

Direção: Natacha Costa.

Coordenação Executiva: Paula Patrone.

Gerente Financeiro: Alexandre Costa.

Gestora da área de Comunicação para o Desenvolvimento: Roberta Tasseli.

Assistente de Projetos: Ana Paula Santana Rodrigues.

EQUIPE GESTORA DO PROJETO

Consultora Metodológica: Eliana Sousa Silva.

Consultor de Diagnóstico: Dálcio Marinho.

Consultora Técnica e sistematizadora: Julia Ventura.

Gestor do Projeto: Felipe Tau.

Consultora de Monitoramento e Avaliação: Bianca Cambiaghi.

Edição, revisão e reportagem: Bruna Ribeiro.

EQUIPE DE CAMPO

Articuladora de campo: Aline Fernanda Souza de Oliveira.

Articuladora de campo: Elaine Cristina Chavier Shyllon.

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Distritos do município de São Paulo: Brás, Bom Retiro, Pari, Belém, Vila Maria e Vila Guilherme

SUMÁRIO


Apresentação	04
Contexto de Atuação	07
O Projeto	11
Ações	12
1. Diagnóstico Socioterritorial	12
2. Articulação Intersetorial	15
3. Busca Ativa	18
4. Monitoramento	22
Perfil das Crianças Identificadas	23
Resultados	34
Motivos	38
Tipos de trabalho	50
Estudo de Casos	56
Entrevista com articuladora	61
Conclusões	65
Glossário de siglas	69

APRESENTAÇÃO



Você conhece alguma
criança fora da escola?

Avise o quanto antes!

 (11) 97321-0142

alunopresente@apendiz.org.br

 APRENDIZ

 aluno
presente

 Rede
Peteca

O projeto Chega de Trabalho Infantil na Indústria da Moda em São Paulo, uma parceria da [Associação Cidade Escola Aprendiz](#) com a Fundação Laudes (antigo Instituto C&A), nasce da necessidade de aprofundar o entendimento sobre a situação de trabalho infantil de crianças e adolescentes cujas famílias obtêm seu sustento na cadeia produtiva relacionada à indústria têxtil no município, sob condições de precarização e exploração do trabalho, resultando na reprodução da vulnerabilidade social.

O projeto teve a duração de oito meses (de agosto de 2019 a março de 2020), tempo considerado introdutório para uma abordagem-piloto de diagnóstico e teste metodológico para posterior ampliação de duração e alcance, considerando as especificidades do público atendido, dos territórios de abrangência e das políticas públicas em curso.

Somaram-se esforços institucionais diversos na elaboração e na execução das ações do projeto, considerando as expertises combinadas do Projeto Aluno Presente, com longa experiência de intervenção de campo por meio de estratégias da Busca Ativa e da incidência sobre políticas públicas e com as ações da Rede Peteca, orientada sobretudo à elaboração de conteúdos, formação, advocacy e divulgação de conhecimento especializado na temática do trabalho infantil. Ambas as agendas foram desenvolvidas pela Associação Cidade Escola Aprendiz mediante a realização de projetos que obtiveram resultados expressivos de inclusão escolar e formação de profissionais da gestão pública para a garantia de direitos e proteção integral das crianças e adolescentes. Neste sentido, a proposta demandada e aprovada pela Fundação Laudes buscou alinhar o acúmulo de articulação política da Rede Peteca com a prefeitura de São Paulo e de estratégias específicas voltadas à prevenção e erradicação do trabalho infantil com a metodologia do Aluno Presente, responsável pela reinserção escolar de aproximadamente 30 mil crianças entre 4 e 17 anos no Estado do Rio de Janeiro.

Assim, estruturou-se um plano de trabalho com a meta de identificar 100 crianças e adolescentes. Inicialmente, em dois distritos paulistanos: Brás e Bom Retiro. Posteriormente, após a obtenção dos primeiros dados de diagnóstico, em mais quatro distritos vizinhos onde parceiros do

Instituto C&A atuavam, conforme previsto no desenho inicial do projeto: Pari, Belém, Vila Maria e Vila Guilherme. Chegou-se, desta forma, à definição de seis distritos focais, que por suas características socioterritoriais foram considerados os mais relevantes para a realização da busca ativa de crianças e adolescentes em situação de trabalho na indústria têxtil, para sua posterior reinserção escolar e garantia de outros direitos complementares.

Cabe observar que, apesar da escolha de seis distritos focais, ao quais foi dada ênfase no diagnóstico e na execução do projeto, a equipe de campo não deixou de contemplar novos distritos em que casos de trabalho infantil foram constatados – principalmente por meio de informações fornecidas por parceiros. Deste modo, acabaram sendo contemplados pelo projeto 15 distritos no total, sempre se seguindo o critério inicial de serem locais onde já havia parceiros da Fundação Loudes. Os distritos de atuação para além do território focal são os seguintes: Penha, São Miguel Paulista, Casa Verde Alta, Cachoeirinha, Guaianases, Bela Vista, Vila Medeiros, Cangaíba e São Mateus.

CONTEXTO DE ATUAÇÃO



A existência de crianças e adolescentes que estão fora da escola e não concluem a Educação Básica no Brasil é, ainda, uma realidade problemática, sobre a qual urgentes esforços devem ser direcionados. Afinal, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2015), mais de 2,8 milhões de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos de idade estavam fora da escola no país. Com relação ao atraso escolar, um dos principais fatores que ameaçam a permanência na sala de aula, o Brasil apresenta 12% de distorção idade-série nos anos iniciais do ensino fundamental e 26% nos anos finais, ou seja, crianças e adolescentes que possuem dois ou mais anos de atraso escolar (Censo Escolar, 2016).

Neste sentido, desde 2013, a Associação Cidade Escola Aprendiz vem se dedicando à agenda de combate à exclusão escolar no país, tendo realizado o Projeto Aluno Presente (2013-2016) no contexto do programa *Educate a Child*, da Fundação Education Above All (Qatar), em parceria com a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ). Naquela ocasião, o diagnóstico realizado pelo Censo Demográfico (IBGE-2010) revelou a existência de 24.455 crianças e adolescentes entre seis e 14 anos fora da escola no município. A partir desta informação, o Aluno Presente estruturou e executou uma metodologia de Busca Ativa, Mobilização Social e Ação Intersetorial mediante a qual foi possível identificar 23.735 casos nesta faixa etária, dos quais 22.131 crianças e adolescentes foram reinseridas na escola pela atuação direta da equipe do projeto.

Tendo em vista esta experiência, o Aprendiz é convidado em 2018 pelo UNICEF Brasil a cooperar na agenda Fora da Escola Não Pode, tornando-se uma instituição parceira na implementação da estratégia BUSCA ATIVA ESCOLAR em 26 municípios do Estado do Rio de Janeiro. O Programa foi inserido no conjunto de ações do Plano Emergencial de Ações Sociais para o Estado do Rio de Janeiro, considerando o contexto de crise econômica e social generalizado, e teve duração de 16 meses. Dentre as ações desenvolvidas, o projeto organizou a elaboração de uma política intersetorial destinada à busca ativa escolar e realizou a capacitação técnica e metodológica das equipes dos municípios para a atuação no campo e para a utilização das ferramentas tecnológicas disponibilizadas nacionalmente pelo UNICEF. Como resultado deste trabalho, 19.843 crianças e adolescentes fora da escola foram localizadas e acompanhadas nos 26 municípios, das quais 6.529 (re)matriculadas até julho de 2019.

A ampla atuação do Aluno Presente acumulada até então nos permite constatar que, apesar de avanços profundos no cenário da garantia do direito à educação nas últimas décadas no país, o atual contexto nacional e global nos impõe uma retomada emergencial da agenda de proteção social da infância e dos direitos fundamentais, principalmente para os que mais dependem dos serviços públicos. Questões urgentes como a ampliação da letalidade juvenil, a intensificação dos processos migratórios internos e externos ao país, a crise econômica global, o aumento do desemprego e da pobreza e a exploração do trabalho infantil são fatores que constroem mais intensamente a capacidade de acesso e permanência na escola, da conclusão da Educação Básica e da garantia do direito à aprendizagem.

De acordo com a PNAD (2015), dentre as regiões do País, o problema é mais grave no Norte, onde 8,8% da população de 4 a 17 anos está fora da escola, seguida do Centro-Oeste e Sul, 7,7% e 7,3%, respectivamente. Nordeste e Sudeste apresentam percentuais um pouco menores (6,5% e 5,3%), mas merecem atenção por seus números absolutos. Sendo as regiões mais populosas do País, são responsáveis por 1,7 milhão dos 2,8 milhões de meninos e meninas excluídos. A exclusão é maior entre as crianças de 4 e 5 anos, que deveriam estar matriculadas na educação infantil, e os adolescentes de 15 a 17 anos, que deveriam frequentar o ensino médio.

O trabalho infantil atinge 2,4 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos no Brasil, segundo tabulação feita pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) a partir de dados da PNAD (2016). Esta violação figura entre os motivos de maior incidência da evasão escolar. Embora seja difícil diagnosticar com precisão a condição de trabalho na infância devido ao seu grande subregistro, a Organização Internacional do Trabalho – OIT produziu diferentes análises em torno de indicadores que poderiam sinalizar seu fenômeno nos municípios brasileiros. Especificamente, o município de São Paulo, foco deste projeto, registrava, segundo informações coletadas na Prova Brasil (INEP, 2017) 13,6 mil alunos de escolas públicas de 5º e 9º anos trabalhando fora de casa. Embora este seja um dado parcial por apenas considerar esses dois anos escolares e não considerar o trabalho doméstico, esses números permitem que se tenha uma noção do tamanho do problema a ser enfrentado. Todas essas crianças e adolescentes,

mesmo que matriculadas em alguma unidade de ensino, revelam um fator expressivo de risco de evasão, distorção idade série e, conseqüentemente, acabam produzindo evasão escolar.

A violação do direito à educação está entre as conseqüências mais graves do trabalho infantil. Segundo a PNAD de 2016, no Estado de SP as taxas de evasão escolar são consideravelmente maiores entre a população que trabalha, especialmente no final da adolescência. Entre a população com 16 e 17 anos que trabalha, 25,1% não frequenta a escola, número que cai para 13,9% entre a que não trabalha.

A cidade de São Paulo está entre os maiores polos da indústria no Brasil. Maior centro produtor, consumidor, intelectual e financeiro no país, a capital exerce especial controle sobre as atividades produtivas da indústria têxtil em todo o território nacional. O ramo da moda, segundo estudos sobre as piores formas de trabalho infantil, figura, em meio urbano, como um dos principais nichos de exploração do trabalho, em especial sobre a população imigrante vinda pro Brasil. Os distritos do Brás e do Bom Retiro, com área de 7,5 km² e mais de 70 mil habitantes, são o epicentro desta cadeia, que hoje se espalha principalmente para a Zona Norte e a Zona Leste do município. Seguindo a lógica da indústria têxtil verificada em todo o país, predominam na metrópole as pequenas e microempresas, com forte emprego de mão-de-obra não formalizada – especialmente de imigrantes, em sua maioria, bolivianos. A conjunção desses fatores aumenta o grau de vulnerabilidade de crianças e adolescentes, elevando não só o risco de exposição ao trabalho infantil, mas também o comprometimento da escolarização e do desenvolvimento integral.

É nesse contexto que o Projeto Chega de Trabalho Infantil na Indústria da Moda, sob a condução metodológica do Programa Aluno Presente, buscou realizar uma atuação direcionada à localização, identificação e condução dos casos de crianças e adolescentes em situação de trabalho e exclusão escolar, em parceria com o poder público e com a sociedade civil, em benefício da garantia da proteção social, direito à infância e à educação no município de São Paulo. Além disso, esta experiência tornou possível o acúmulo de dados diagnósticos e a observação das necessidades atuais do sistema de proteção social para que possamos continuar atuando na perspectiva da incidência política, produção de conhecimento e formação de profissionais especializados.

O PROJETO



Estruturado com a duração de oito meses totais e seis meses de ações de campo, o projeto se organizou com uma equipe gestora e duas articuladoras locais. As articuladoras se dividiram pelos territórios indicados para as ações de busca ativa para identificação e acompanhamento dos casos, articulação com instituições locais e equipamentos públicos, mobilização e comunicação comunitárias. Os territórios escolhidos para a realização da busca ativa e demais ações do projeto, conforme mencionado anteriormente, foram seis distritos do município de São Paulo: Brás, Bom Retiro, Pari, Belém, Vila Maria e Vila Guilherme.

Com meta de atendimento de 100 crianças e adolescentes de até 17 anos de idade em situação de trabalho infantil e exclusão escolar, foram desenvolvidas diversas estratégias para tornar possível esse resultado. As ações desenvolvidas seguem detalhadas abaixo.

AÇÕES:

1. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

Foi elaborado um diagnóstico de acordo com as preocupações específicas do projeto, considerando os territórios de atuação e seu público alvo, observados segundo indicadores de qualidade de vida, situação de trabalho, escolarização e oferta de políticas públicas. Sua principal função foi de avaliar a capacidade do território em responder às hipóteses do projeto, assim como indicar fontes de dados confiáveis ao planejamento da busca ativa. Neste sentido, foi possível confirmar a escolha dos territórios, considerando a maior presença da indústria têxtil e da população imigrante nesses locais, assim como sua demanda por escolarização e demais serviços sociais.

De acordo com o Sistema SEADE de Projeções Populacionais, houve crescimento populacional no período de 2010 a 2019 em todos os distritos do território de atuação, assim como na cidade de São Paulo. No entanto, o ritmo de crescimento se mostra menor do que o verificado na década anterior, entre 2000 e 2010, com exceção da Vila Maria. Neste, a população, que chegou a diminuir naquela década, vem aumentando na atual, uma dinâmica provavelmente associada à migração.

Houve aumento do número de matriculados entre 2017 e 2019. Porém, o percentual de expansão do contingente estrangeiro foi bem superior ao nacional. No conjunto da cidade, o crescimento do contingente brasileiro foi de 0,4% enquanto o de estrangeiros foi de 10%. Nos seis distritos, os brasileiros aumentaram em 2,4% e os estrangeiros, 17,5%. A comparação com os números da cidade de São Paulo evidencia a concentração do contingente estudantil estrangeiro no território de atuação do projeto.

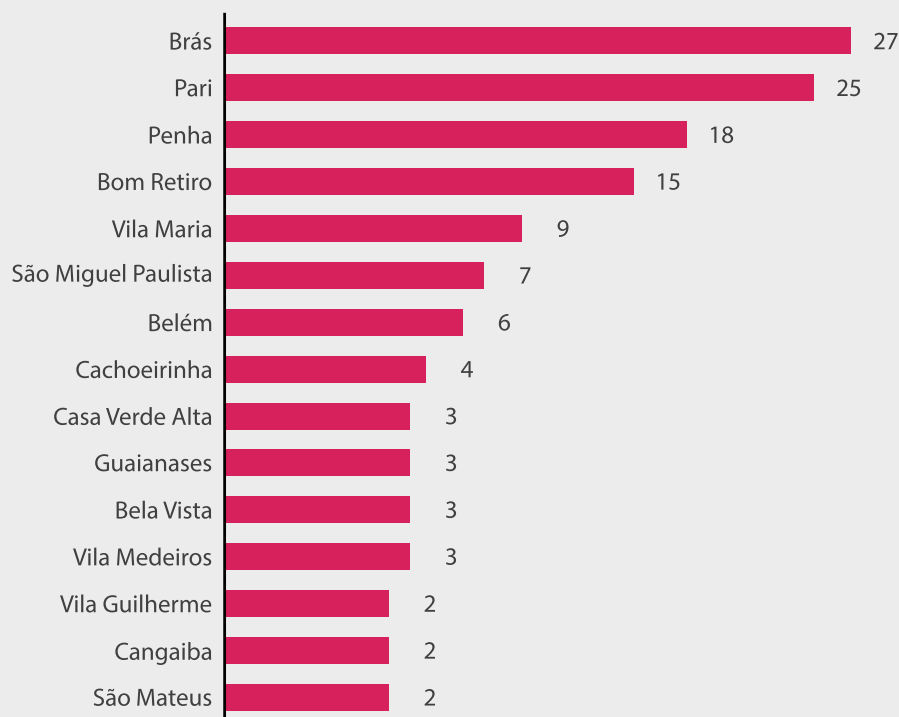
Enquanto no conjunto da cidade os matriculados estrangeiros representam apenas 0,6% do total de matriculados entre 0 e 17 anos, nos seis distritos o grupo representa 4,2% do efetivo matriculado. Nesta perspectiva, observa-se, também, que 20,6% dos estrangeiros matriculados na cidade estão nas escolas dos seis distritos de atuação do projeto. Essa relação é bem maior do que a representatividade do efetivo estudantil do referido território no contexto da cidade, uma vez que as escolas localizadas nesses seis distritos abrigam apenas 3% dos estudantes da cidade. Em maio de 2019, segundo dados do Censo Escolar da Educação Básica, 3.042 estrangeiros com idade entre 0 e 17 anos estavam matriculados nas escolas dos seis distritos que compõem o território de atuação do Projeto Chega de Trabalho Infantil na indústria da moda de São Paulo, o que representa 4,3% do total matriculados neste território com a mesma faixa etária.

A indústria têxtil é marcada por maior grau de informalidade do que a Indústria de Transformação como um todo. Levantamento do Programa Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo, da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo (SRTE-SP), identificou 660 oficinas da indústria têxtil na cidade São Paulo com algum tipo de irregularidade, apesar de serem estabelecimentos com CNPJ. Os problemas passam por instalações precárias e ausência de outras exigências legais. A mão de obra é composta, predominantemente, por imigrantes, que, em muitos casos, atuam sem vínculo formal. Algumas das oficinas já foram alvos de ações de inspeção e outras estão monitoradas pelas autoridades do trabalho, mas ainda não foram inspecionadas. Das 660 oficinas mapeadas, 167 (25%) estão localizadas nos seis distritos de atuação do Projeto. Em quase a totalidade delas (96%), os estrangeiros predominantes são os bolivianos.

Os bolivianos formam o contingente estrangeiro predominante em São Paulo, representando 43,4% dos não brasileiros com idade entre 0 e 17 anos. No entanto, nos distritos de atuação prioritária do projeto, eles correspondem a 64,3% dos estrangeiros. Entre os anos de 2017 e 2019, verifica-se um aumento do número de bolivianos matriculados nas escolas de São Paulo. Os dados do Censo Escolar da Educação Básica mostra uma evolução de 14,6% no conjunto da cidade e de 17% nos seis distritos de atuação prioritária do projeto.

Não por acaso, os locais com maior concentração de população boliviana foram onde mais se localizaram casos de trabalho infantil pela equipe de campo do projeto.

LOCAL DE IDENTIFICAÇÃO



Fonte: Sistema de Monitoramento CTI.

2. ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL

A estratégia de articulação intersetorial é um eixo estruturante do projeto, sem a qual sua atuação se limitaria à setorialização das políticas públicas, prejudicando a efetivação de impactos mais gerais e permanentes na solução dos casos identificados. Parte-se da premissa de que as situações de trabalho infantil e da exclusão escolar são motivadas por fatores múltiplos que dizem respeito a um conjunto de vulnerabilidades sociais experimentadas complementarmente pelas crianças, adolescentes e suas famílias. A solução para cada uma delas, na maioria das vezes, depende de uma ação cooperada entre diferentes programas e políticas públicas, no intuito de se alcançar resultados permanentes e eficazes de fato. Por esse motivo, o projeto foi executado tendo como diretriz uma metodologia integrada de intervenção, a partir da potencialização das ações setoriais com foco no atendimento a um público comum. O propósito dessa abordagem é projetar fluxos de trabalho integrados que cheguem até as ações de campo nos equipamentos locais de forma a aprimorar a efetividade dessas ações.

A parceria com as instâncias governamentais do município também perseguiu outros dois objetivos fundamentais: primeiramente, obter apoio institucional para a realização dos encaminhamentos dos casos identificados, tornando o processo e solução das demandas sociais mais qualificado e mais ágil. Em seguida, ter acesso às listas com informações sobre exclusão escolar e trabalho infantil produzidas pelas secretarias municipais e seus equipamentos como fontes permanentes de identificação de casos. Considerando o caráter sigiloso dos dados de crianças e adolescentes, os acordos exigiram uma cuidadosa negociação, mas tiveram avanços importantes. Abaixo, algumas das parcerias estabelecidas:

• **Secretaria Municipal de Educação (SME)**

Foi solicitado o acesso às listas de infrequência e indicação de casos de abandono e evasão escolar de estudantes das escolas localizadas nos seis distritos de atuação. Foram realizadas diversas reuniões com a pasta, inclusive com o próprio Secretário, que se comprometeu

pessoalmente com o repasse das informações. Esta estratégia tem fundamental importância no trabalho de identificação dos casos com maior consistência de dados e atualidade das informações, podendo ampliar a escala de trabalho da estratégia de campo e aumentar os resultados do projeto.

• **Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)**

Foi pactuado o acesso a todos os casos de trabalho infantil registrados nos Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) dos distritos de atuação do projeto: CREAS Mooca, CREAS Vila Maria/Vila Guilherme e CREAS Sé. Além disso, tivemos acesso, mediante termo de parceria articulado diretamente com o gabinete da SMADS, a um quantitativo de cerca de 35 mil casos de crianças e adolescentes com algum tipo de penalidade do benefício Bolsa Família, o que poderá indicar casos de infrequência, evasão e trabalho infantil mediante análise detalhada dos mesmos.

• **Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil (CMETI)**

A participação da Rede Peteca – Chega de Trabalho Infantil na CMETI há quase um ano favoreceu a criação de um Grupo de Trabalho específico para o projeto Chega de Trabalho Infantil na Indústria da Moda de São Paulo. O grupo foi aprovado por unanimidade em reunião ordinária da comissão. Estão presentes no grupo os seguintes órgãos:

- Secretaria Municipal de Educação
- Secretaria Municipal de Assistência Social
- Defensoria Pública da União
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
- Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
- Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
- Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social
- Projeto Travessia

• **Coordenadoria de Vigilância em Saúde (Covisa) da Prefeitura de São Paulo e Centro de Vigilância Sanitária (CVS) da Secretaria Estadual de Saúde**

Foi estabelecido termo de parceria para o recebimento dos casos de acidente de trabalho e fichas de violência relacionadas a trabalho, ambos de notificação obrigatória no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (**Sinan**).

• **Centro de Apoio e Pastoral do Migrante (CAMI)**

O **CAMI** atua na proteção dos direitos humanos fundamentais e prevenção do trabalho escravo e tráfico de pessoas visando à inclusão social, econômica, política e cultural dos imigrantes e dos refugiados que se estabeleceram no município de São Paulo. Tem como objetivos acolher e mobilizar imigrantes e refugiados na luta por seus direitos, cidadania e empoderamento social, cultural e político; combater o trabalho escravo, a violência contra as mulheres, a xenofobia e o tráfico de seres humanos; promover o trabalho decente e o reconhecimento e fortalecimento da identidade e da diversidade cultural (www.cami.org.br).

Com esta organização foi pactuada uma parceria para realização de visitas conjuntas a oficinas de costura, com as equipes da entidade e as articuladoras do projeto. Estabelecemos uma rotina de acompanhamento a confecções distribuídas pelos distritos de cobertura do projeto. A equipe atuou em complementaridade aos articuladores do Cami, encaminhando as demandas escolares da população imigrante atendida. Como mencionado inicialmente, a Cidade Escola Aprendiz estabeleceu termo de parceria com o Cami para cooperação técnica. Ela inclui, entre outras coisas: capacitação da instituição para armazenamento de suas bases de dados, com cerca de 5 mil oficinas de costura, em bancos digitais seguros e de fácil manuseio; capacitação e treinamento do Cami para automatização da coleta de dados em campo por meio da utilização de aplicativo, no lugar de formulários de papel.

• Ministério da Economia

Audidores da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo (SRTE-SP) compartilharam com o projeto uma lista atualizada com 660 oficinas irregulares. Elas possuem CNPJ, mas têm instalações precárias e não cumprem todos os requisitos de formalidade (licenças, alvarás, etc).

3. BUSCA ATIVA

A primeira fase do processo de Busca Ativa é localizar e identificar as crianças e adolescentes em situação de trabalho e exclusão escolar, o que se dá a partir de três frentes: a *mobilização comunitária*, as *indicações de instituições locais* e as *listas oficiais*. Neste caminho, os parceiros e agentes locais presentes nos territórios são peças-chave e também para a solução do problema da criança fora da escola.

A **mobilização comunitária** é a primeira forma de identificação das crianças. As articuladoras adotam como estratégia a articulação com instituições do território e a participação em grupos de trabalho, reuniões e eventos das redes locais para identificar casos, ampliar o alcance do projeto e fazê-lo reverberar.

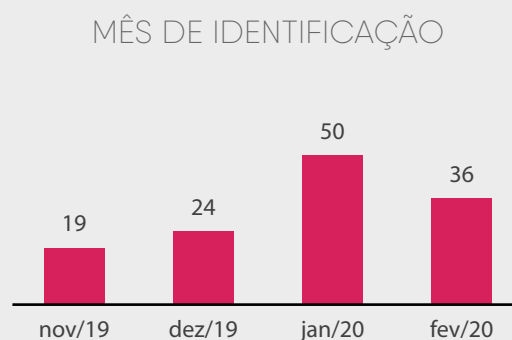
A **indicação de instituições locais** é fruto da estratégia inicial de mobilização comunitária e permite a identificação de casos que já haviam sido mapeados pela rede de proteção e organizações sociais ou pela demanda espontânea. Essa é uma estratégia obrigatória sem a qual a busca ativa fica muito limitada às circunstâncias locais.

As **listas oficiais** representam o trabalho de validação das informações enviadas pela prefeitura, sobretudo pelas Secretarias Municipais de Educação e Assistência Social, sobre situação de trabalho, alunos infrequentes ou que abandonaram a escola. As listas permitem que a amplitude da estratégia da busca ativa se amplie ao mesmo tempo que a torna mais exata nos critérios para identificação. É importante frisar que neste projeto não houve trabalho com listas, pois as

mesmas não foram disponibilizadas pelas secretarias municipais em tempo de serem utilizadas como insumo da busca ativa.

Quando o profissional de campo encontra uma criança em situação de trabalho ou fora da escola, busca se aproximar da família para entender as razões por trás daquela realidade. Começa um trabalho de sensibilização para a importância de frequentar a escola e de construção de confiança para conseguir desempenhar o seu papel de facilitador deste percurso até a solução do problema. Depois que consegue estabelecer esse laço, o articulador cadastra os dados da criança e da família colhidos no campo, por meio de um aplicativo instalado em seu celular, e essas informações alimentam em tempo real um banco de dados do projeto. Esses são interpretados e analisados pela área de Monitoramento e Avaliação para encaminhar soluções que serão necessárias à resolução dos problemas, além de ser o insumo retornado às parcerias públicas para encaminhamento dos casos.

O trabalho das articuladoras teve início efetivo em novembro, após o período de contratação e formação necessário para a estruturação de suas ações. A partir de então, a evolução de identificação de casos seguiu o seguinte comportamento:



No mês de janeiro foi identificado o maior número de casos, como resultado de um processo de aprendizagem em relação ao potencial de cada território e parcerias estabelecidas nos meses anteriores. Mostrou-se estratégia fundamental para o incremento verificado a presença da equipe de campo em eventos da comunidade andina, como o festival Alasitas, realizado na Penha, Zona Leste, e no Parque D. Pedro II, região central, bem como na feira Andina realizada aos finais de semana na Penha. Como será retomado nas considerações finais, a presença do projeto nesses espaços, legitimada e mediada por parcerias com seus organizadores, apresentou-se como uma das principais alternativas para superar os desafios de vinculação com o público-alvo do projeto, representando um importante componente do eixo de mobilização da Busca Ativa.

As festividades e feiras típicas são muitas vezes os únicos momentos de lazer das famílias imigrantes envolvidas na cadeia têxtil, contexto mais favorável para a abordagem do que a visita a seus locais de trabalho/moradia. As visitas às oficinas, especialmente por parte de brasileiros desacompanhados de imigrantes, são vistas de forma suspeita, comumente confundidas com inspeções de fiscalização das condições trabalhistas ou migratórias, muitas vezes irregulares. Nesses espaços, especialmente durante a semana, a pressão por produtividade e as longas jornadas de trabalho também dificultam que as famílias interrompam o serviço para receber as articuladoras; nos casos em que trabalham e moram em imóveis/confecções de terceiros, a aproximação se torna ainda mais difícil, dada a desconfiança dos proprietários e a tutela que exercem sobre seus subordinados - quando não a exploração de trabalho análogo ao escravo.

A queda no mês de fevereiro se justifica pela necessidade de acompanhamento de casos identificados ainda sem solução, demandando maior empenho das articuladoras para encaminhamentos e novas visitas.

No total, foram 129 casos identificados e acompanhados. O quadro a seguir mostra as formas de identificação utilizadas e seus respectivos resultados:

FORMA DE IDENTIFICAÇÃO	
INDICAÇÃO: de organização da sociedade civil, instituição religiosa, munícipe	56
BUSCA ATIVA: abordagem ativa	36
DEMANDA ESPONTÂNEA: denúncia / comunicado via canal do Aprendiz	13
INDICAÇÃO: de equipamento público da assistência como CRAS, CREAS, SEAS, Conselho Tutelar	12
OUTRA: participação em festas e feiras locais	9
INDICAÇÃO: de equipamento público de saúde como UBS, CAPS e Agente Comunitário de Saúde	3
Total	129

É importante notar como cada forma de identificação teve importância parcial e complementar ao alcance das metas do projeto. Fica evidente que aquela estratégia com maior eficácia, dentre as possíveis e disponíveis para a equipe, foi receber indicações de casos de instituições locais da sociedade civil que estabeleceram parceria com o projeto e já dispunham de um conhecimento do território e de famílias com o potencial de serem auxiliadas. Essa rede territorial foi responsável pela identificação de 56 casos e revelou, portanto, ser de extrema relevância para o acesso aos casos de maior vulnerabilidade social presentes nos bairros trabalhados.

A segunda forma de identificação com melhores resultados, com 36 casos, foi a busca ativa direta, com abordagem de pessoas nos territórios com perfis potenciais, sejam elas adultas ou as próprias crianças e adolescentes. Esta estratégia se baseia na experiência das profissionais

de campo na circulação em territórios periféricos, em especial, o prévio conhecimento dessas regiões, assim como a capacitação técnica para a abordagem deste público específico.

Em seguida, a demanda espontânea por atendimento (12 casos) e a indicação de casos pelos equipamentos públicos da Assistência Social (13 casos) ficam empatadas em terceiro lugar das estratégias de identificação. De fato, a parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social foi a que mais avançou no período de articulação do projeto. O que fica nítido em comparação com as indicações recebidas dos equipamentos da Secretaria de Saúde com apenas 3 casos. A demanda espontânea, por sua vez, decorreu do esforço do projeto em estabelecer divulgações de suas ações pelos territórios por meio de materiais de comunicação comunitária.

4. MONITORAMENTO

O trabalho de Monitoramento e Avaliação é essencial para o registro e o acompanhamento dos casos identificados e das estratégias do projeto. Um sistema próprio foi desenvolvido pela equipe de tecnologia da informação do Aprendiz, de forma a garantir as funcionalidades desejadas para gestão do projeto e o sigilo do banco de dados.

Dentre as suas ações, tem destaque a produção de informações de perfil do público atendido para apoiar tomada de decisões, produção de conhecimento especializado e incidência sobre políticas públicas. Os dados apresentados a seguir foram produzidos a partir da Fonte de nosso banco de dados.

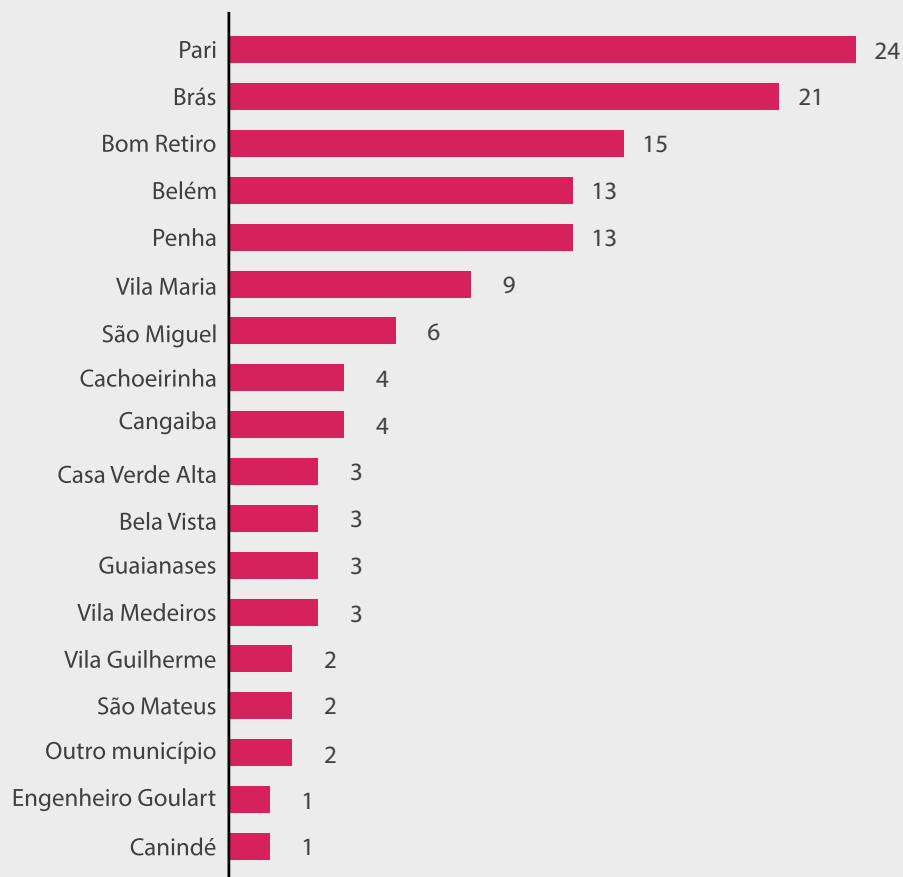
PERFIL DAS CRIANÇAS IDENTIFICADAS



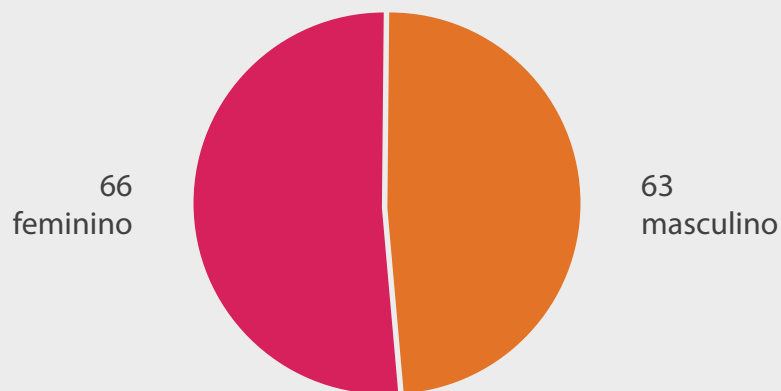
Perfil das crianças em situação de TI identificadas: 129

Os maiores quantitativos de casos identificados foram de crianças e adolescentes dos distritos de Pari (24) e Brás (21), Bom Retiro (15), Belém (13) e Penha (13).

LOCAL DE MORADIA DA CRIANÇA E/OU ADOLESCENTE

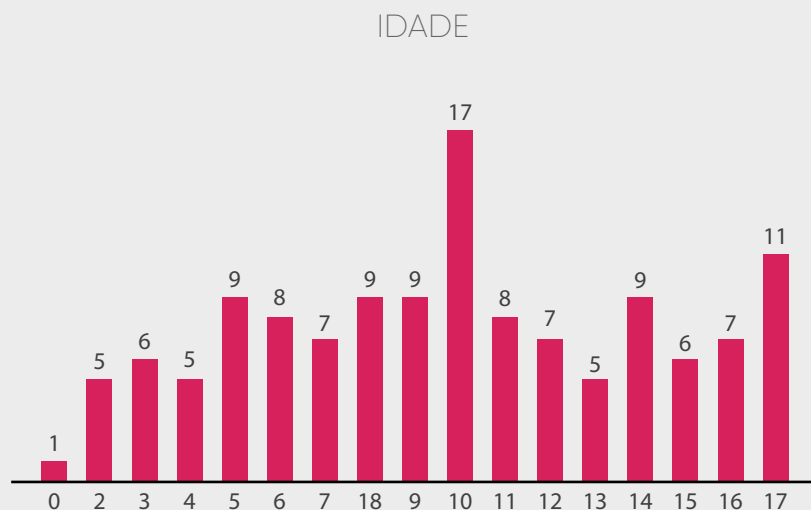


A divisão entre meninas e meninos ficou equilibrada conforme quadro abaixo:

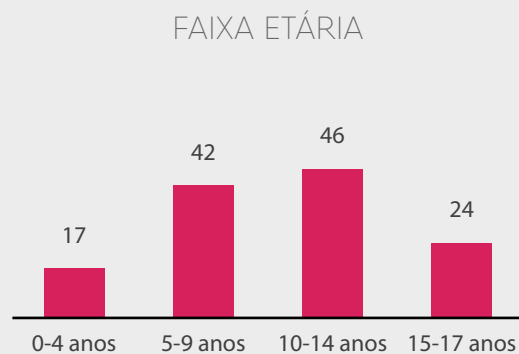


Uma faixa diversificada de idades foi registrada no atendimento, com destaque para crianças de 10 anos (17 casos) e de adolescentes de 17 anos (11 casos), o que nos aponta dois momentos distintos de situação de trabalho: a primeira, que revela o momento em que a criança já saiu da primeira infância e começa a assumir, desde os 8/9 anos, tarefas mais complexas na divisão do trabalho e com um tempo maior de dedicação. Os casos de crianças de 0 a 4 anos identificados (17) já figuram como situações nas quais elas não exercem o trabalho de forma contínua, mas permanecem no ambiente de trabalho o dia todo, sob o risco de acidentes ou mesmo “ajudando” os mais velhos pontualmente. Um conjunto expressivo de casos de crianças entre 5 e 7 anos (24) também foi localizado.

A segunda situação de trabalho diz respeito aos adolescentes cuja inserção profissional se intensifica a partir dos 14 anos e adquire uma presença central em suas rotinas. Um total de 33 casos estão nesta situação. Entre 11 e 13 anos, ainda, são 20 casos de situação de trabalho, conforme demonstra o gráfico a seguir.

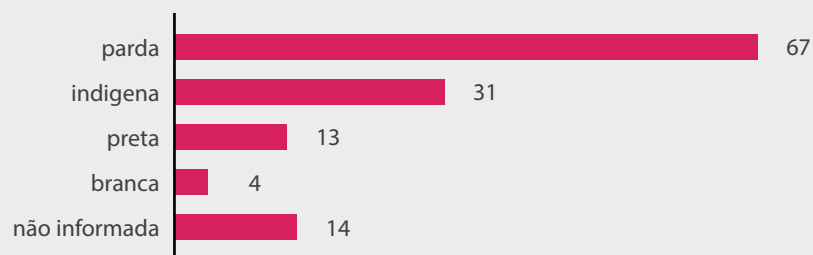


Aglutinados por faixas etárias, os casos se comportaram da seguinte forma:



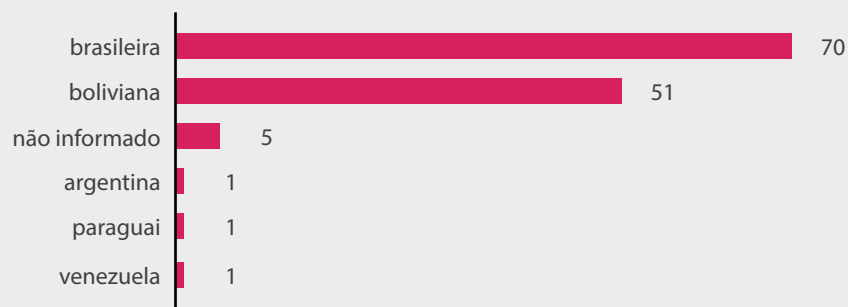
Analizados de acordo com seu pertencimento étnico, as crianças e adolescentes identificados são majoritariamente pardos (67 casos), indígena (31) e pretos (13). Apenas 4 casos eram crianças brancas e 14 não forneceram esta informação. Esta definição foi obtida por meio de autodeclaração no momento da realização da entrevista de cadastro.

COR / RAÇA



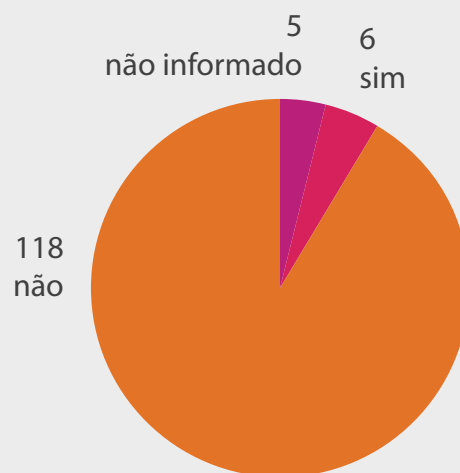
Os casos identificados também foram analisados conforme sua nacionalidade. 70 deles são brasileiros e 51 bolivianos. Outros 8 casos variaram entre paraguaios, venezuelanos e argentinos, dentre outras não identificadas (Somente 4 crianças não possuem certidão de nascimento).

NACIONALIDADE



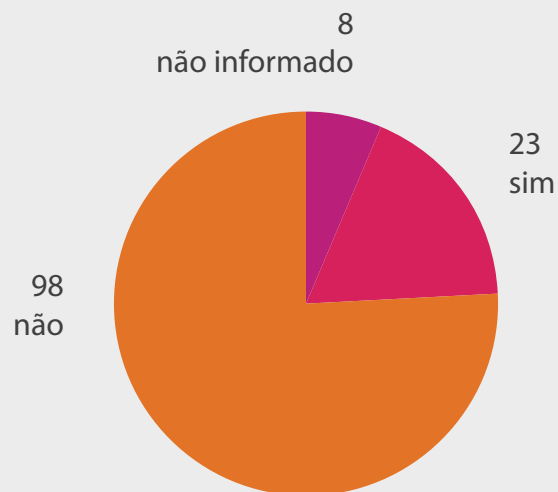
É importante destacar que dentre as crianças e adolescentes em situação de trabalho, 6 casos apresentavam condição de deficiência (síndrome de down) ou problema de saúde (dentre os quais: leucemia, depressão, diabetes, doença no fígado, oftalmológico) ou, ainda, gravidez.

CRIANÇA POSSUI ALGUMA DEFICIÊNCIA, PROBLEMA DE SAÚDE OU ESTÁ GRÁVIDA?



De todos identificados, apenas 23 estavam vinculados a alguma atividade educativa (não formal) e/ou cultural. Esta é uma informação relevante para se avaliar o acesso das crianças a alguma oportunidade educacional. Dentre elas, a maioria frequenta o contraturno escolar (19), e as demais, atividades esportivas ou capacitação profissional. Porém, 98 casos não possuíam nenhuma outra inserção em atividades extra-escolares, senão o próprio trabalho. Conforme gráfico abaixo.

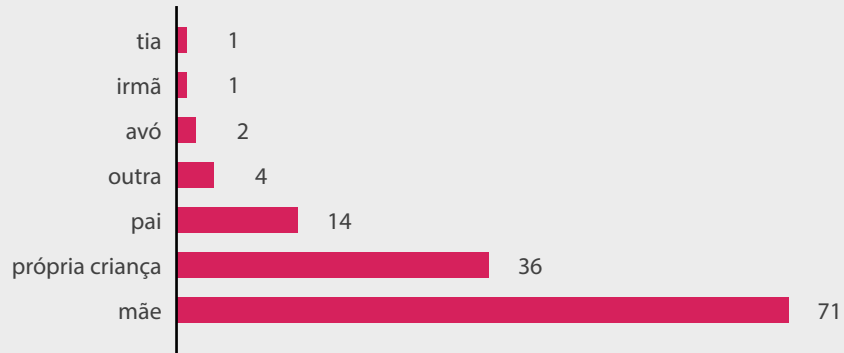
CRIANÇA FREQUENTA ALGUMA INSTITUIÇÃO
EDUCATIVA E/OU CULTURAL?



FREQUÊNCIA DE BRASILEIROS E IMIGRANTES A ALGUMA INSTITUIÇÃO EDUCATIVA E/OU CULTURAL				
	BRASILEIRA	IMIGRANTE	NÃO INFORMADO	TOTAL
Não	54	44		98
Não informado	3		5	8
Sim	13	10		23
Total	70	54	5	129

Dos respondentes desta entrevista abaixo, 71 foram as mães e 36 a própria criança/adolescente. Apenas 14 pais responderam à entrevista. Porém, dos responsáveis pelas crianças, foram 110 mães e 15 pais e 3 crianças são tutoradas pelo abrigo. Esses dados apenas afirmam a centralidade da figura materna no desenvolvimento da vida dessas crianças.

RESPONDENTE

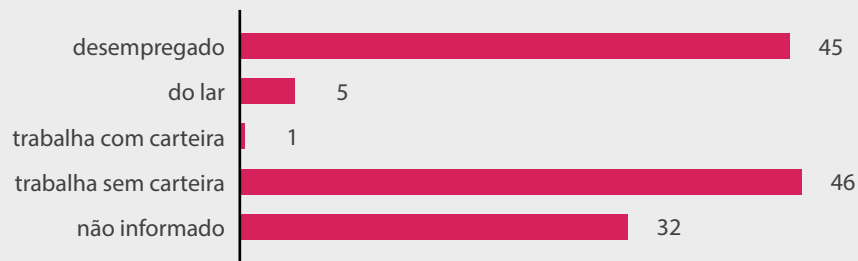


RESPONSÁVEL PELA CRIANÇA



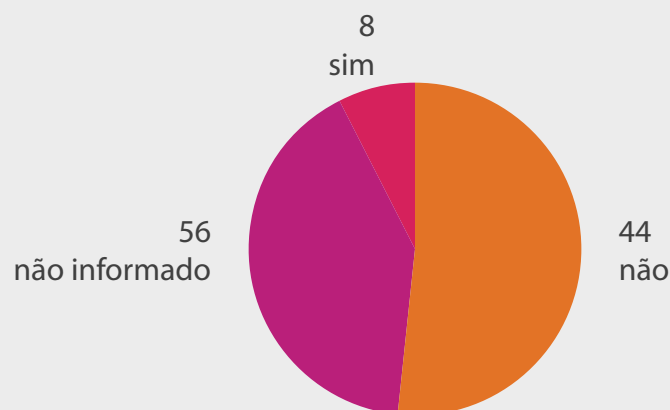
Perguntados sobre suas ocupações, os responsáveis afirmaram majoritariamente serem trabalhadores informais ou estarem desempregados.

OCUPAÇÃO DO RESPONSÁVEL



Apesar dessa condição extremamente vulnerável, entretanto, é intrigante perceber que a maioria das famílias sequer recebe algum tipo de benefício social, o que afirma ainda mais a importância de um trabalho de busca ativa para localizar essa demanda invisível e encaminhá-la para a garantia de seus direitos.

ALGUM MORADOR RECEBE BENEFÍCIO DE PROGRAMA SOCIAL?



BRASILEIROS E IMIGRANTES BENEFICIÁRIOS DE PROGRAMAS SOCIAIS				
	BRASILEIRA	IMIGRANTE	NÃO INFORMADO	TOTAL
Não	14	30		44
Não informado	32	19	5	56
Sim	3	5		8
Não aplica*	21			21
Total	70	54	5	129

**Casos de crianças que moram em abrigo*

RESULTADOS



Do total de 129 crianças e adolescentes identificados, quase a totalidade recebeu algum encaminhamento da equipe do projeto para atendimento e inserção em alguma política pública. Em sua maioria, os encaminhamentos dados foram para as Diretorias Regionais de Ensino (DRE), unidades de assistência como Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e de saúde como as Unidades Básicas de Saúde (UBS). Dos 129 casos de crianças e adolescentes em situação de trabalho (93 confirmados e 36 suspeitos), somente 9 não receberam algum encaminhamento devido à perda de contato da equipe do projeto com a família.

A equipe de campo trabalhou com o atendimento a diferentes demandas vindas das famílias. Para melhor analisar os resultados desses encaminhamentos e a situação final dos casos atendidos produzimos abaixo duas tabelas considerando 1) os encaminhamentos dados com foco na solução da situação do trabalho infantil e 2) os encaminhamentos direcionados à inserção escolar. Embora ambos sejam complementares e se auxiliem mutuamente no enfrentamento da vulnerabilidade social mais ampla experimentada por suas famílias, a diferença do foco de cada tabela nos ajuda a compreender os resultados do projeto conforme essas duas frentes de atuação.

Em relação a quais encaminhamentos foram dados em relação à situação de trabalho infantil, os seguintes resultados foram obtidos:

STATUS DOS CASOS - SITUAÇÃO DE TI	
Processo em andamento (encaminhamento realizado, mas sem informação do resultado final)	47
Inserção em algum serviço público de assistência ou saúde (CRAS, UBS, Jovem Aprendiz, CCA, MSE, CAPS, CRAI) e/ou sociedade civil (AME+CAMI)	39
Encaminhamento para matrícula ou transferência (sem informação do resultado final)	12
Matrícula escolar confirmada	11
Recusa de contato e/ou encaminhamento	11
Perda de contato (sem encaminhamento realizado)	9
Total	129

47 casos ainda estavam em andamento quando o projeto teve fim. Eles receberam algum tipo de encaminhamento, porém não tivemos notícia, até a data deste relatório, de alguma confirmação sobre seu desfecho. Apenas 9, de todos os casos identificados, não puderam ter um encaminhamento adequado por terem sido contatos perdidos.

Outros 39 casos receberam um encaminhamento direcionado às instituições do serviço social ou da saúde, atendimento aos imigrantes, medidas socioeducativas e instituições da sociedade civil vinculadas à igreja católica. O restante, 23 casos, receberam apenas algum encaminhamento para matrícula ou transferência escolar, considerando que a inserção na escola seria suficiente, a partir do relato das famílias, para reverter a situação de trabalho, sem necessidade de outros tipos de encaminhamentos. Desses, 11 tiveram matrícula confirmada e 12 não tinham sido confirmadas até o término do projeto. Além desses, 11 casos ainda recusaram qualquer tipo de atendimento por parte de nossa equipe.

Em relação aos encaminhamentos dados para matricular as 59 crianças identificadas fora da escola (as outras 70 já estavam matriculadas quando identificadas), os seguintes resultados foram obtidos:

STATUS DOS CASOS - SITUAÇÃO ESCOLAR/ MATRÍCULA	
Matrícula realizada	28
Processo em andamento (encaminhamento realizado, mas sem informação do resultado final)	21
Perda de contato (sem encaminhamento realizado)	7
Recusa ao encaminhamento escolar	3
Subtotal	59
Já estavam matriculadas quando identificadas	70
Total	129

Esta tabela, diferentemente da primeira, relata apenas os encaminhamentos escolares feitos pela equipe de campo. De todos os casos, mesmo os que receberam outros tipos de encaminhamentos, 28 tiveram a matrícula realizada, 21 matrículas estavam em andamento, 7 contatos perdidos e 3 recusas.

MOTIVOS



¿CONOCE
ALGÚN NIÑO
O NIÑA QUE
**NO ESTÁ
ESTUDIANDO?**

¡Avísenos lo más pronto posible!

El proyecto Alumno Presente, de Cidade Escola Aprendiz, tiene como meta garantizar el derecho a la educación para todos los niños, niñas y adolescentes.

¿CONOCE
ALGÚN NIÑO
O NIÑA QUE
**NO ESTÁ
ESTUDIANDO?**

¡Avísenos lo más pronto posible!

El proyecto Alumno Presente, de Cidade Escola Aprendiz, tiene como meta garantizar el derecho a la educación para todos los niños, niñas y adolescentes.

**aluno presente**
Infância protegida, criança na escola.

VOCÊ
CONHECE
ALGUMA
CRIANÇA
**FORA DA
ESCOLA?**

Avise o quanto antes!

O Projeto Aluno Presente, da Cidade Escola Aprendiz, tem como meta garantir o direito à educação para todas as crianças e todos os adolescentes.

¿CONOCE
ALGÚN NIÑO
O NIÑA QUE
**NO ESTÁ
ESTUDIANDO?**

¡Avísenos lo más pronto posible!

El proyecto Alumno Presente, de Cidade Escola Aprendiz, tiene como meta garantizar el derecho a la educación para todos los niños, niñas y adolescentes.

¿CONOCE
ALGÚN NIÑO
O NIÑA QUE
**NO ESTÁ
ESTUDIANDO?**

¡Avísenos lo más pronto posible!

El proyecto Alumno Presente, de Cidade Escola Aprendiz, tiene como meta garantizar el derecho a la educación para todos los niños, niñas y adolescentes.

Compreender os motivos pelos quais as crianças e adolescentes estão fora da escola, infrequentes ou em situação de trabalho é o objetivo central de uma metodologia de intervenção que possa direcionar adequadamente as demandas identificadas. No caso deste projeto, a situação de trabalho foi cuidadosamente investigada por observação-participante no contato das articuladoras com cada família. Essas informações, entretanto, não poderiam estar incluídas num formulário de cadastro ou pesquisa pela delicadeza de sua abordagem, de forma a não parecer uma fiscalização ou denúncia, o que afastaria a família e inviabilizaria o atendimento. Assim, nossa investigação inicial se deu sobre a situação escolar das crianças e adolescentes identificados, perguntando a seus responsáveis, ou aos próprios, as razões que lhe constroem o acesso à escola ou sua permanência. A averiguação sobre os motivos para o risco ou trabalho infantil foi realizada por meio do estabelecimento de uma relação de confiança entre as famílias e a equipe do projeto e foram registradas qualitativamente em relatórios de atividades.

Dentre os motivos alegados pelas famílias para a condição de exclusão escolar, no primeiro momento de cadastro, portanto, as seguintes situações foram as mais mencionadas:

MOTIVO INFREQUÊNCIA / RISCO DE EVASÃO + FORA DA ESCOLA	
Adolescente gestante	1
Desinteresse pelos estudos	3
Discriminação e conflitos no ambiente escolar	4
Divergência sobre idade escolar obrigatória	3
Falta de vaga ou pendência de documentos	6
Fora da idade escolar obrigatória	3
Mudança de bairro e/ou cidade	18
Mudança de pais	8
Sem informação	5
Situação de Trabalho Infantil	78
Total	129

Nota-se, nesta tabela, que a situação de trabalho é responsável por 78 casos de exclusão escolar identificados. Isso significa que o fato de estarem trabalhando ou auxiliando adultos em atividades laborais os retira do ambiente escolar ou prejudica sua assiduidade.

O segundo maior motivo, portanto, é a mudança de endereço, seja entre bairros ou cidades com 18 casos, seguido por mudança de país com 8 casos. Esses são casos nos quais a chegada num novo território lhes aparta um tempo considerável da vivência escolar, seja porque o novo local de moradia é desconhecido, assim como os serviços e instituições disponíveis, seja porque elas não existem ou a matrícula não acontece na escola desejada. Nesses casos, não havendo uma abordagem ativa que vá ao encontro dessas famílias, muitas vezes podem não mais inserir na escola suas crianças e adolescentes.

O fenômeno da imigração se apresenta, nesses casos, como um agravante a mais para o distanciamento das famílias em relação às instituições locais, à rede escolar e de proteção social, tanto por causa do idioma, quanto pelas diferenças culturais e do funcionamento normativo entre os países.

A tabela abaixo analisa estes mesmos motivos de acordo com a divisão entre os “fora da escola” – categoria que se refere aos que não estão matriculados – e os matriculados, porém infrequentes e em “risco de evasão”. A visão dos motivos de forma separada nos permite entender algumas situações com mais detalhes, por exemplo, o fato de 13 pessoas estarem *fora da escola por mudança de endereço*, assim 8 não frequentarem a escola por conta da *mudança de país*. Nesta lista há 24 casos de crianças que estavam frequentando a escola normalmente, porém se encontravam em situação de trabalho constante ou eventual, considerados fatores de risco para evasão.

Tem destaque nesta análise o motivo de “falta de vaga” ou “pendência de documentos”. Foram 6 casos atendidos que não puderam avançar na matrícula por um impedimento técnico que barrou completamente sua inclusão escolar. Estes casos permaneceram fora da escola até a finalização do projeto, que recomendou às famílias atendidas procurar o suporte jurídico da Defensoria Pública.

A situação de trabalho infantil foi o principal motivo de ambas as formas de exclusão escolar, com

15 casos que estavam fora da escola e 39 casos dos que estavam matriculados, porém infrequentes. A tabela ainda mostra que do total de casos, 70 estavam em risco de evasão enquanto 59 estavam totalmente já excluídos do sistema educacional.

MOTIVO INFREQUÊNCIA / RISCO DE EVASÃO + FORA DA ESCOLA ENTRE IMIGRANTES E BRASILEIROS			
FORA DA ESCOLA			
MOTIVO	BRASILEIRA	NACIONALIDADE NÃO INFORMADA	IMIGRANTE
Adolescente gestante	1		
Desinteresse pelos estudos	2		
Discriminação e conflitos no ambiente escolar	2		1
Divergência sobre idade escolar obrigatória			3
Falta de vaga ou pendência de documentos	3		3
Fora da idade escolar obrigatória	1		2
Mudança de bairro e/ou cidade	9		4
Mudança de país			8
Sem informação	1	4	
Situação de Trabalho Infantil	14		1
Total	33	4	22

FREQUENTE			
MOTIVO	BRASILEIRA	NACIONALIDADE NÃO INFORMADA	IMIGRANTE
Adolescente gestante			
Desinteresse pelos estudos			
Discriminação e conflitos no ambiente escolar			
Divergência sobre idade escolar obrigatória			
Falta de vaga ou pendência de documentos			
Fora da idade escolar obrigatória			
Mudança de bairro e/ou cidade			
Mudança de país			
Sem informação			
Situação de Trabalho Infantil	8	1	15
Total	8	1	15

INFREQUENTE			
MOTIVO	BRASILEIRA	NACIONALIDADE NÃO INFORMADA	IMIGRANTE
Adolescente gestante			
Desinteresse pelos estudos	1		
Discriminação e conflitos no ambiente escolar	1		
Divergência sobre idade escolar obrigatória			
Falta de vaga ou pendência de documentos			
Fora da idade escolar obrigatória			
Mudança de bairro e/ou cidade	3		2
Mudança de país			
Sem informação			
Situação de Trabalho Infantil	20		11
Total	25		13

MATRICULADA - S/ INFO DE FREQ.			
MOTIVO	BRASILEIRA	NACIONALIDADE NÃO INFORMADA	IMIGRANTE
Adolescente gestante			
Desinteresse pelos estudos			
Discriminação e conflitos no ambiente escolar			
Divergência sobre idade escolar obrigatória			
Falta de vaga ou pendência de documentos			
Fora da idade escolar obrigatória			
Mudança de bairro e/ou cidade			
Mudança de país			
Sem informação	4		4
Situação de Trabalho Infantil			
Total	4		4

TOTAL			
MOTIVO	BRASILEIRA	NACIONALIDADE NÃO INFORMADA	IMIGRANTE
Adolescente gestante	1		
Desinteresse pelos estudos	3		
Discriminação e conflitos no ambiente escolar	3		1
Divergência sobre idade escolar obrigatória			3
Falta de vaga ou pendência de documentos	3		3
Fora da idade escolar obrigatória	1		2
Mudança de bairro e/ou cidade	12		6
Mudança de país			8
Sem informação	1	4	
Situação de Trabalho Infantil	46	1	31
Total	70	5	54

Os dados permitem observar que apesar das dificuldades representadas pela mudança de país no acesso à educação, as crianças e os adolescentes imigrantes apresentaram percentuais maiores de matrícula (59,25%) do que os brasileiros (52,85%), conforme o quadro a seguir.

MATRICULADA EM ALGUMA UNIDADE ESCOLAR?	BRASILEIRA	IMIGRANTE	NÃO INFORMADO	TOTAL
Não	33	22	4	59
Sim	37	32	1	70
Total	70	54	5	129

Dos 32 imigrantes matriculados: 15 frequentes, 13 infrequentes e 4 não informado

Analisando os motivos pela perspectiva de gênero, idade, local de moradia e nacionalidade, é interessante perceber como as nuances do fenômeno impactam na diversidade de situações vividas por essas crianças e adolescentes.

Quanto à divisão entre meninas e meninos, conforme tabela abaixo, não houve diferenças tão marcantes, com exceção da situação de trabalho na qual as meninas trabalham mais que os meninos (com 42 e 36 casos respectivamente).

MOTIVO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
Adolescente gestante	1		1
Desinteresse pelos estudos		3	3
Discriminação e conflitos no ambiente escolar		4	4
Divergência sobre idade escolar obrigatória	1	2	3
Falta de vaga ou pendência de documentos	5	1	6
Fora da idade escolar obrigatória	2	1	3
Mudança de bairro e/ou cidade	10	8	18
Mudança de país	4	4	8
Sem informação	1	4	5
Situação de Trabalho Infantil	42	36	78
Total	66	63	129

Em relação à idade, o maior quantitativo de casos identificados variou entre as faixas etárias de 5 a 9 anos (42 casos) e 10 a 14 anos (46 casos). A faixa de 15 a 17 anos concentrou 24 casos. Esta evidência é relevante no que tange à compreensão de que a situação de trabalho atinge desde a primeira infância, ganhando maior centralidade quando há a convivência das crianças com o ambiente laboral de seus responsáveis.

MOTIVO	0-4 anos	5-9 anos	10-14 anos	15-17 anos	TOTAL
Adolescente gestante				1	1
Desinteresse pelos estudos			2	1	3
Discriminação e conflitos no ambiente escolar			1	3	4
Divergência sobre idade escolar obrigatória	1	2			3
Falta de vaga ou pendência de documentos	4		1	1	6
Fora da idade escolar obrigatória	3				3
Mudança de bairro e/ou cidade	3	9	6		18
Mudança de país	1	2	3	2	8
Sem informação		1	1	3	5
Situação de Trabalho Infantil	5	28	32	13	78
Total	17	42	46	24	129

Quanto à nacionalidade, fica evidente a diferenciação entre brasileiros e imigrantes, sendo os primeiros os mais impactados dentre a amostra encontrada pelo projeto, mesmo sendo esta uma ação direcionada à população trabalhadora na indústria têxtil. Porém, é necessário lembrar que alguns casos foram de crianças nascidas no Brasil, porém filhas de imigrantes.

MOTIVO	BRASILEIRA	IMIGRANTE	NÃO INFORMADO	TOTAL
Adolescente gestante	1			1
Desinteresse pelos estudos	3			3
Discriminação e conflitos no ambiente escolar	3	1		4
Divergência sobre idade escolar obrigatória		3		3
Falta de vaga ou pendência de documentos	3	3		6
Fora da idade escolar obrigatória	1	2		3
Mudança de bairro e/ou cidade	12	6		18
Mudança de país		8		8
Sem informação	1		4	5
Situação de Trabalho Infantil	46	31	1	78
Total	70	54	5	129

TIPOS DE TRABAJO

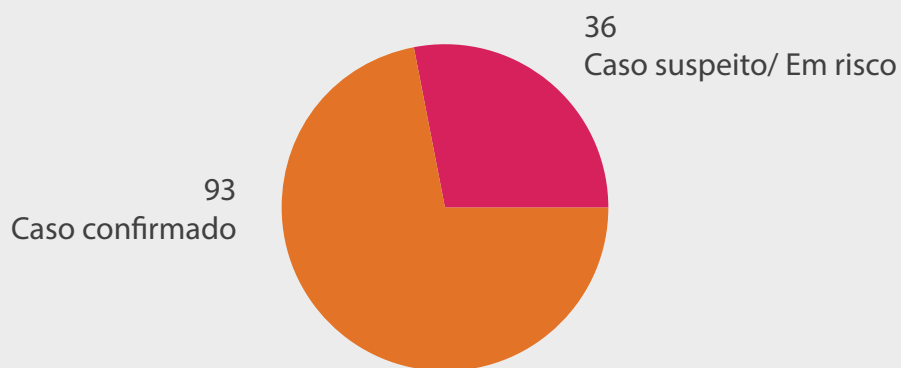


Ao analisar mais detalhadamente as situações de trabalho desempenhadas pelas crianças e adolescentes atendidas pelo projeto, é importante atentar para suas características principais.

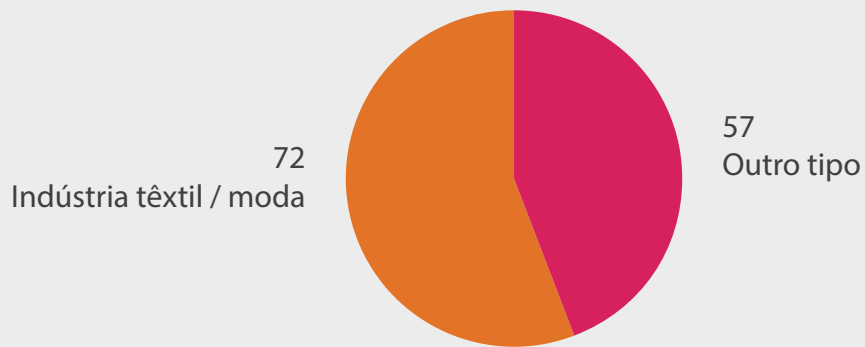
Conforme as tabelas abaixo demonstram, dos 129 casos, 93 foram casos confirmados e 36 casos com suspeita de trabalho. A categoria “suspeita” abrange situações diversas nas quais não era possível afirmar com total certeza uma situação de trabalho, porém as evidências eram bastante fortes, como, por exemplo, casos de crianças convivendo em ambiente de trabalho das oficinas e confecções, “auxiliando” em momentos esporádicos, com indicativos de atuarem obrigatoriamente com tarefas domésticas ou cuidados de irmãos, dentre outras.

Dos tipos de trabalho, majoritariamente, encontramos crianças e adolescentes atuando na indústria têxtil/da moda nas oficinas de costura (72 casos).

SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL

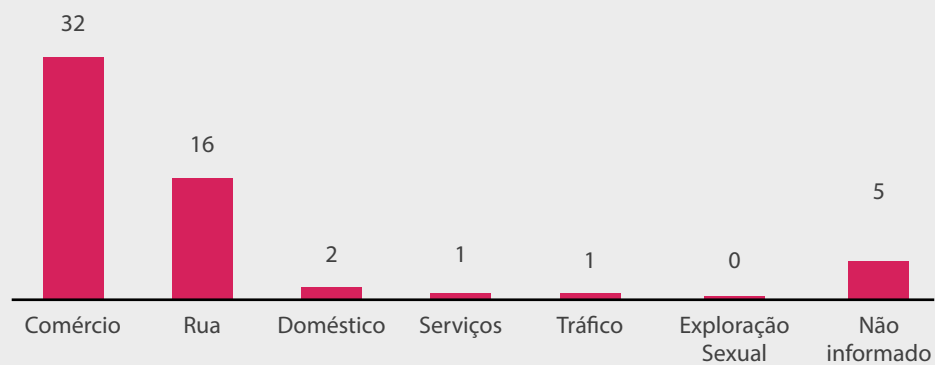


TIPO DE TRABALHO INFANTIL



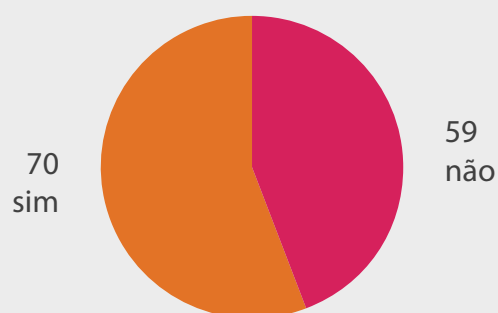
Dentre os outros tipos de trabalho, verificamos os serviços relacionados ao comércio com 32 casos; 16 casos de trabalho como ambulantes nas ruas ou nos semáforos de trânsito; trabalho doméstico, envolvimento no tráfico e outros não informados.

SE OUTRO TIPO DE TI

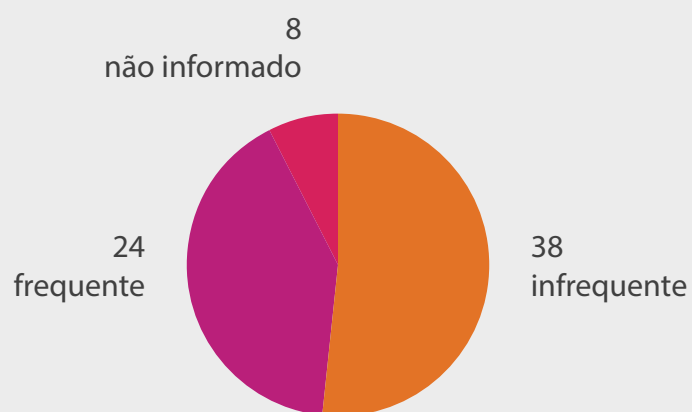


Sobre a situação escolar das crianças e adolescentes, 70 estavam matriculadas e 59 não estavam. Das que tinham matrícula, 38 estavam infrequentes.

MATRICULADA EM ALGUMA UNIDADE ESCOLAR



SE MATRICULADA: SITUAÇÃO DE FREQUÊNCIA ESCOLAR



Analisando apenas a situação de trabalho por gênero, ao se comparar os casos já confirmados e as situações consideradas “em risco” (casos não autodeclarados pela família, mas com indícios de ocorrência, a partir da observação da articuladora), há ligeiras diferenças: as meninas estão em número maior que os meninos nos casos categorizados como “em risco”, enquanto os meninos são maioria entre os casos que já estão em situação confirmada; as meninas trabalham mais na indústria têxtil que os meninos, enquanto esses desempenham mais outros tipos de atividades, conforme tabelas abaixo.

SITUAÇÃO DE TI	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
Caso confirmado	45	48	93
Caso suspeito / Em risco	21	15	36
Total	66	63	129

TIPO DE TI	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
Indústria têxtil / moda	43	29	72
Outro tipo	23	34	57
Total	66	63	129

Segundo esta mesma lógica, foi possível constatar que a população imigrante desempenha exclusivamente o trabalho na indústria têxtil, enquanto a população brasileira ocupa outros tipos de trabalho.

TIPO DE TI	BRASILEIRA	IMIGRANTE	NÃO INFORMADO	TOTAL
Indústria têxtil / moda	17	54	1	72
Outro tipo	53		4	57
Total	70	54	5	129

De acordo com a distribuição geográfica dos casos, por fim, o distrito do Brás é o que mais concentra situações de trabalho na indústria têxtil, enquanto os demais distritos possuem mais casos de outros tipos de trabalho. Porém, em todos os distritos foi encontrado trabalho na indústria têxtil e fora dela.

TIPO DE TI SEGUNDO DISTRITO DE IDENTIFICAÇÃO	
TIPO DE TI	Nº ABS.
Belém	6
Indústria têxtil / moda	3
Outro tipo	3
Bom Retiro	15
Indústria têxtil / moda	4
Outro tipo	11
Brás	27
Indústria têxtil / moda	19
Outro tipo	8
Outro	45
Indústria têxtil / moda	30
Outro tipo	15
Pari	25
Indústria têxtil / moda	5
Outro tipo	20
Vila Guilherme	2
Indústria têxtil / moda	2
Vila Maria	9
Indústria têxtil / moda	9
Total	129

ESTUDO DE CASOS



O intuito dessa investigação é qualificar com exemplos concretos algumas das principais questões vivenciadas pelas crianças identificadas e suas famílias, de forma a compreender com mais detalhes seus dramas e desafios, de modo a construir medidas sustentáveis e eficazes para a garantia de seus direitos. Suas identidades e informações específicas sobre seus casos foram retiradas para zelar pelo sigilo e privacidade dos dados.

Criança 1: criança vive com o pai, mãe e irmãos na oficina onde seus pais trabalham, localizada na Zona Leste de São Paulo. Vieram até nós através de divulgação na Feira do Povo Andino, que ocorre todos os domingos no Largo do Rosário, na Penha. Criança havia sido matriculada na Escola X no fim de 2019, e a escola passou a exigir histórico escolar boliviano da criança. Após várias tentativas de contato com a Secretaria de Educação de Cochabamba, na Bolívia, não conseguimos solicitar seu histórico. A articuladora do projeto foi até a escola e conseguiu garantir a permanência da criança, mas caso a criança não apresente o histórico, deverá realizar prova classificatória.

Criança 2: criança veio no início do ano para o Brasil. Entrou em contato conosco na Feira do Povo Andino, no Largo do Rosário, na Penha. Sua mãe solicitou orientações sobre como matricular sua filha na escola, uma vez que a mesma não possuía documentação brasileira. Foi feita visita domiciliar à família com o intuito de esclarecer dúvidas, dar orientações e também encaminhamentos. Entretanto, o “chefe da oficina” onde a família mora e trabalha questionou por diversas vezes, mesmo após apresentação das articuladoras, qual o “objetivo do nosso trabalho”. A articuladora realizou apenas uma breve conversa com a responsável, seguida de encaminhamento a escola da região. Após alguns dias, entrou em contato com a mesma para saber se já havia matriculado sua filha, mas ainda não tinha ido, pois o chefe da oficina a orientou “que não tinha comprovante de endereço, e por isso não conseguiria matricular sua filha”. A oficina deverá seguir sendo visitada por instituições parceiras para nova tentativa de encaminhamento.

Criança 3: padrasto da criança fez contato telefônico com o projeto, relatando que criança estava fora da escola e não tinham documentação nacional, por isso não puderam realizar a inscrição. Foi realizada visita domiciliar seguida de visita à escola. A criança foi inscrita e segue

matriculada, porém a mãe relatou sofrer violência psicológica e também física do companheiro. Alguns dias após esse relato, a mesma disse que o marido havia ido embora após uma discussão calorosa dos dois, na qual, após ameaça de agressão, a mulher confrontou o parceiro dizendo que ia comunicar a polícia. Ela e os filhos moram em uma oficina de costura, onde mantêm uma dívida com o dono do local, pois ele foi o responsável por custear sua viagem da Bolívia até o Brasil. Eles têm desejo de trabalhar com outra coisa que não seja costura. A mulher vítima de agressão foi orientada quanto ao procedimento de denúncia.

Criança 4: criança é natural do Paraguai e vive com a mãe e tia em Guarulhos, na Região Metropolitana de São Paulo, em uma oficina de costura. Está há quase dois anos sem estudar, pois segundo a família eles não possuem documentação brasileira, o que dificultou a inscrição nas escolas. Após várias idas até a escola próxima a sua residência, não conseguir matricular sua filha. A família então entra em contato conosco através do telefone do projeto e solicita nosso auxílio. Acompanhamos a família até a Secretaria Municipal de Educação de Guarulhos e conseguimos realizar a inscrição. Família vive em condições precárias de moradia, uma vez que trabalham e moram na oficina de costura. Antes da finalização do projeto, foi dada a orientação para que a família procure o CRAS mais próximo pra que seja acompanhada em relação a suas outras necessidades.

Criança 5 e 6: crianças vivem somente com a mãe em uma oficina de costura. Mudaram-se recentemente para a região da Penha. Mãe relata muita dificuldade em levar as filhas para a escola, pois apesar das duas estudarem na mesma escola, elas estudam em horários diferentes, fazendo com que a mãe tenha que custear o valor de R\$ 300 mensais com transporte – sua rotina exaustiva de trabalho a impede de levar as crianças até a escola. Situação foi discutida com a Diretoria de Ensino (DRE), da rede estadual. Após visita domiciliar seguida de discussão do caso em equipe, a família foi orientada a procurar o Centro de Referência de Atendimento para Imigrantes (CRAI).

Criança 7: criança vive com o pai a madrasta e mais três irmãos há dois anos. Anteriormente vivia com sua mãe e outros irmãos na Bolívia. A família nos procurou na Feira do Povo Andino,

na Penha, solicitando alguma orientação ou apoio, pois estavam muito preocupados com o comportamento da criança na escola e também em casa. Em visita domiciliar, a família relata que, quando a criança vivia na Bolívia, era violentada fisicamente pela mãe e também passou por episódios de violência sexual. Ao saber da situação, seu pai foi até a Bolívia, conseguiu a guarda do filho e o trouxe para o Brasil. Em conversa com a criança, ela relata sofrer violência e bullying dos seus colegas de escola. Menciona em um momento da conversa que ele “era amarrado por sua mãe, em uma árvore”, “era castigo”. Apesar de frequentar por dois anos escolas brasileiras, tem muita dificuldade com o idioma, misturando português com espanhol. Também apresenta grande dificuldade com os conteúdos trabalhados em sala de aula. Após o fim do projeto, família foi orientada a procurar o CAPS Infanto-juvenil, a fim de que a criança possa ser acompanhada. Também recomendado o acompanhamento do CRAI, caso seja necessária alguma outra intermediação para que a família acesse os serviços necessários.

Criança 8: adolescente vive com a família em uma oficina de costura, localizada na Vila Maria Alta. Frequenta a escola de manhã e quando retorna para casa, ajuda os pais costurando. Faz curso de informática com o objetivo de se capacitar profissionalmente. Em visita domiciliar, a família ficou contente com a possibilidade de encaminhar a jovem para alguma vaga de jovem aprendiz. Após sugestão de encaminhá-la para o Instituto X, a mãe não aceita, alegando que agora não teriam tempo, pois precisavam entregar uma remessa de roupas. Durante uma conversa somente com a mãe essa diz ter brigas constantes com o marido, diz que ele é pouco parceiro e também já sofreu violência física em algumas situações.

Criança 9: criança estuda na Escola Estadual X que fica no Bom Retiro, anteriormente estudava na rede municipal junto com mais quatro amigas. Entretanto, ao serem transferidas para a Escola Y, acabaram não permanecendo na mesma sala que suas amigas. A família então nos procura, durante uma atividade no SASF Bom Retiro, para saber das alternativas possíveis. Orientamos a procurar a escola e debater a questão com a direção escolar, senão com a própria DRE. Um tempo depois, o pai nos relata que buscou este contato, mas que foi desrespeitado pela DRE e também pela diretora da escola. Realizamos uma visita domiciliar a fim de entender também o

lado da criança, que demonstra tristeza, conversas monossilábicas e chega a verbalizar que sente muita saudade de suas amigas. Foi realizada nova conversa com a escola, que não pode realizar a transferência de sala, mas informou que segue monitorando o comportamento da criança para adotar medidas caso necessário.

Crianças 10 e 11: mãe nos procurou através do telefone do projeto, pois precisava transferir seus filhos de escola. Ela reside na região do Brás, no próprio local onde trabalha (oficina de costura). É separada dos pais dos seus filhos e os está trazendo para morar com ela – por isso necessita da transferência. Devido à dificuldade com o idioma, acompanhamos a mãe até a Escola Estadual X, onde fomos muito mal recebidas pela equipe, em especial pela diretora. Seguimos mantendo contato com a mãe, pois a vaga para a sua filha ainda não saiu. Até o fechamento do projeto o caso ainda não havia sido solucionado, motivo pelo qual, em discussão de equipe, achamos melhor fazer o encaminhamento da família para a DRE e depois para o CRAI.

Criança 12 e 13: foi realizada visita domiciliar a essa família junto com educador do CAMI. Ele não havia avisado a família da nossa visita, o que fez com que chegássemos de surpresa e presenciemos uma cena de trabalho infantil. Vivia na casa um casal jovem, ambos com menos de 30 anos. Trabalham o dia inteiro na oficina de costura que também é deles e possuíam três crianças pequenas, uma delas flagrada trabalhando no acabamento de calças jeans no momento da visita. A situação não nos foi apresentada como um problema pela família, que não percebia ali uma violação. Mas os pais trouxeram de demanda o fato das crianças não estarem na creche, o que dificultava o trabalho deles. O casal relatava que quando as crianças não estão dormindo e nem com eles na área da costura, seu único passatempo é ficarem assistindo TV sozinhas. A mãe está grávida de 9 meses e mesmo assim segue costurando o dia todo. Com o encerramento do projeto, o caso segue sendo acompanhado pelo CAMI, parceiros na atuação em campo que segue realizando visitas a essas famílias. Objetivo é criar vínculos que permitam o atendimento e o encaminhamento aos serviços públicos e da sociedade civil necessários para a retirada das crianças da situação de risco.

ENTREVISTA COM ARTICULADORA



Nesse bloco, apresentamos uma entrevista com uma das articuladoras de campo do projeto, de forma a compreender os dilemas vivenciados com a prática da busca ativa e para compartilhar a visão de um profissional qualificado para lidar com as questões sociais mais verificadas no campo, buscando aprendizagens significativas que possam servir de insumo para a continuidade das ações do projeto.

Pergunta 1: Quais novos conhecimentos e aprendizagens o projeto trouxe pra você?

Foi uma experiência muito desafiadora. Precisei entender mais sobre a cultura dos bolivianos, peruanos, imigrantes em geral, para poder abordá-los e atendê-los de forma mais eficiente. Eles costumam ser muito fechados, se abrem mais entre eles e a partir da indicação de outros imigrantes, formando redes locais de trocas e solidariedade.

Por exemplo, a partir da parceria estabelecida com o CRAS Mooca, identifiquei uma senhora boliviana que se interessou pelo Programa Bolsa Família. Ela desconhecia o fato de ter direito ao benefício e me indicou mais casos semelhantes. A partir daí, um foi puxando o outro.

Participar das reuniões de rede com a presença de outras instituições locais como o AME+ e das atividades organizadas nesta ONG com as crianças também foi um caminho promissor. Assistimos ao filme “Pedra Papel e Tesoura” (produção da Cidade Escola Aprendiz por meio da Rede Peteca em parceria com o Canal Futura) e muitos deles se identificaram, pois o filme aborda a situação de permanência no ambiente do trabalho das oficinas e como seu envolvimento ali pode ser compreendido. Esse é um tema delicado. As crianças por vezes percebem o trabalho como sendo brincadeira. Mas o trabalho precoce ou desprotegido traz uma série de consequências, como acidentes, exploração e os impactos sobre a saúde mental, já que na maioria dos casos as crianças passam o dia todo na oficina (encontramos crianças com depressão e que pensavam em suicídio).

Para realizar com sucesso a busca ativa, foi necessário não associá-la abertamente com o enfrentamento do trabalho infantil, de forma a não causar uma desconfiança por parte das famílias em relação aos objetivos das articuladoras, confundindo-as com agentes de fiscalização ou denún-

cia. Portanto, a opção por trabalhar com a questão da exclusão escolar, do auxílio à matrícula e a outras oportunidades educacionais foi o eixo pelo qual conseguimos estabelecer uma relação de maior confiança com as famílias, auxiliando-as a conseguir um vasto espectro de direitos ainda não garantidos. Apesar de os abordarmos com este objetivo inicial, quando chegávamos em suas casas testemunhávamos outras situações e necessidades. Pediam, por exemplo, ajuda para obter documentação (comprovante de residência, histórico escolar, CPF e CRNM – Carteira de Registro Nacional Migratório). Nestes casos, os encaminhávamos para o CAMI, cujo trabalho é especializado neste tipo de atendimento, ou para o CRAI, da prefeitura.

Os imigrantes apresentavam, porém, medo de se regularizar para não serem deportados. Além disso, tirar a documentação custa em torno de R\$ 400 (taxa de documentação na Política Federal), e nem sempre é aprovado. O CAMI tenta isenção para eles, mas nem sempre conseguem, e por isso muitos ficam ilegais. Precisam trabalhar muito para pagar as dívidas de terem vindo da Bolívia, já que o empregador normalmente custeia essas despesas. Também precisam arcar com aluguel, o que compromete boa parte, quando não toda a renda da família. Assim, acabam envolvendo as crianças para dar conta: “todos ajudam porque precisamos entregar o trabalho”, dizem muitas vezes. Dividem as casas com outras famílias, vivem dos mesmos cômodos e ambiente de trabalho. As crianças quase nunca possuem espaço para brincar. Muitos têm problemas respiratórios, tuberculose. A maioria tinha atendimento já na UBS, um dos poucos equipamentos públicos, além da escola, com o qual mantêm contado. Nestas condições, muitas famílias não reconhecem o trabalho infantil.

Outra situação que me chamou a atenção foi a recorrência de situações de violência doméstica e infantil entre os bolivianos. Como fazer a família entender que não deve castigar uma criança? Uma vez uma criança me contou: “minha mãe pede pra eu lavar a louça, cuidar da minha irmã e fazer comida. Se eu não fizer, apanho”.

Compreendo que há muitas diferenças culturais por trás destes comportamentos. Por mais que exista uma legislação no Brasil, a idade mínima permitida para se trabalhar na Bolívia é de 10 anos. As crianças relatavam que já ajudavam em casa e nas oficinas em seu país de origem.

Pergunta 2: Qual impacto considera que o projeto teve sobre as famílias?

Primeiramente, a assistência às famílias. Escutei muito das famílias que elas nunca tinham recebido nenhuma visita ao longo de sua estadia no país: “o que você veio fazer aqui? Ninguém veio nos procurar”. Ser imigrante já é complicado pela dificuldade de comunicação. O objetivo final do projeto é a reinserção e manutenção das crianças na escola, mas para que isso aconteça e seja sustentável eles precisam de outros auxílios.

O imigrante sozinho não consegue acessar os serviços públicos. Quando íamos com eles facilitávamos o acesso. Por exemplo, uma mãe foi três vezes à escola fazer a inscrição, mas pediram pra ela voltar depois, porque faltava documento (a “libreta”, como se diz na Bolívia, ou Histórico Escolar). O caso só se resolveu porque eu fui com ela e mediei essa relação, assim como várias outras.

Há um forte preconceito com as crianças imigrantes dentro da escola. Teve um caso de evasão que acompanhei no qual o menino de 16 anos me contou que era maltratado pelos colegas e até professores: “prefiro costurar e ganhar meu dinheiro”, ele disse. Ele não queria retornar para a mesma escola e a outra que tinha vaga era mais distante. Além disso, a mãe achava a região perigosa (Brás) e também faltava o Histórico Escolar. Vários fatores atrapalhando e a própria escola não ajudava, então ele saiu e não queria mais voltar.

Uma constatação que tive nesse projeto é que, como as soluções não dependem só da gente, precisamos das redes para que os casos avancem. O que ocorre é que elas muitas vezes não atuam com a rapidez que a urgência demanda e não dialogam entre si. No campo da educação pública, vejo que é necessário haver uma conscientização das escolas sobre as dificuldades que muitas famílias imigrantes ou mesmo brasileiras possuem, para que o processo não seja tão burocrático e que não dificulte ainda mais o acesso. Afinal, educação é um direito.

O projeto chega onde outros serviços não conseguem chegar. Nosso acompanhamento é muito importante para as famílias saberem que têm alguém olhando por eles. “Estou me sentindo um brasileiro”, escutei uma vez.

CONCLUSÕES



O Projeto Chega de Trabalho Infantil na Indústria da Moda em São Paulo ultrapassou sua meta de atendimento, embora tenhamos consciência de que o problema da infância explorada pelo trabalho esteja ainda muito longe de ser solucionado.

Esta experiência-piloto, contudo, foi fundamental para o entendimento prático das demandas existentes na população e, de outro lado, das estruturas disponíveis para seu atendimento. De fato, há inúmeras possibilidades para a inserção social e educacional, porém ainda muito distantes daqueles que mais delas precisam.

Pudemos observar que, dentre os estudos de casos, muitos constrangimentos incidem de forma complementar sobre a família e, em especial, acabam impedindo a inserção escolar das crianças e adolescentes. Alguns pontos merecem destaque:

- 1.** A legislação brasileira permite que as crianças sejam matriculadas sem documentos comprobatórios, porém é muito comum que as escolas se neguem a realizar a matrícula. A atuação mediadora do projeto foi essencial para o convencimento das escolas no atendimento às famílias, sem o qual provavelmente não teria ocorrido a inserção escolar.
- 2.** Há inúmeras situações de assédio moral por parte dos empregadores para impedir o acesso das famílias imigrantes trabalhadoras das oficinas às instituições brasileiras, uma vez que a família desassistida e sem informações pode ser explorada mais facilmente. Em alguns casos, são imigrantes explorando outros imigrantes e, no limite, situações que configuram trabalho análogo ao escravo.
- 3.** Em muitos casos atendidos se verificou a ocorrência de violência doméstica entre homens e mulheres, ou entre os responsáveis e suas crianças. Este é um fenômeno ainda muito comum dentro de uma lógica cultural punitivista utilizada pelos responsáveis para disciplinar seus filhos e filhas.

- 4.** O “ethos do trabalho”, enquanto um valor reproduzido pelas famílias, é o fio condutor que justifica o emprego da força de trabalho infantil. É bastante difundida e aplicada nesses contextos a ideia de que fazer a criança trabalhar desde cedo a prepara para a vida adulta e lhe confere uma habilidade profissional, disciplina o comportamento e lhe retira de outros espaços menos desejados e quiçá perigosos.
- 5.** Dificuldades adicionais como a condição de dependência do empregador, a falta de recursos para regularização de documentos ou para custear o transporte até a escola, o medo da deportação e o desconhecimento do funcionamento das instituições brasileiras se somam para a reprodução de uma situação de isolamento e confinamento às estruturas exploradoras e precárias das oficinas de costura ilegais.
- 6.** Em espaços de não imigrantes, há uma forte recorrência de situações de xenofobia que também lhes afastam ainda mais da convivência e integração com a cultura brasileira. Crianças e adolescentes se queixam de muitas situações de bullying na escola que lhes desestimulam a continuidade da escolarização. Neste sentido, o investimento em ações de formação de professores e gestores escolares para lidarem especificamente com estas questões é uma forte recomendação que este projeto faz às políticas educacionais.
- 7.** Em relação ao sistema educacional e sua relação com a população imigrante, também ficou nítido que o tratamento a eles conferido variava de acordo com a discricionariedade de cada servidor público. Muitas vezes foi observada uma postura pouco consciente sobre suas demandas específicas. Exigências de documentos para matrícula como CPF e Histórico Escolar traduzido foram muito recorrentes. Isto, contudo, é ilegal, na perspectiva da legislação específica e do Documento Orientador da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo. Neste, está explícito que se a escola não atender devidamente esta população, sem que essas exigências impeçam a realização da matrícula, a família deve procurar a DRE ou o CRAI para que haja sua efetivação.

8. Quanto maior a articulação da rede de proteção e sua incidência ativa sobre territórios vulneráveis e locais de oficinas, maior a capacidade de lidar com essas situações de violações de direitos e direcioná-las para os atendimentos mais adequados. Neste projeto, conseguimos articulação mais frequente com os equipamentos da Secretarias Municipais de Assistência Social (SMADS) e Educação (SME), porém a de Saúde não teve um envolvimento significativo, de forma que o potencial de parceria com os agentes comunitários de saúde não pôde ser desenvolvido. Da mesma forma, houve pouca participação dos Conselhos Tutelares nesta articulação.

Por fim, é importante compreender que uma situação de trabalho infantil não se resolve de uma forma imediata. Demanda uma série de ações, desde o conhecimento real das questões familiares até uma articulação institucional e local para encaminhamentos de fato eficazes, num tempo rápido e capaz de não perder o contato estabelecido, por meio de abordagens que criem confiança em vez de recusa ao auxílio.

Em casos de verificação de situações de violência ou exploração confirmadas, não há outra alternativa senão acionar os mecanismos de proteção das crianças e adolescentes. Porém há nuances menos evidentes nas situações de trabalho que demandam maior sensibilidade das profissionais de campo, assim como um processo de convencimento e de informação da população atendida sobre seus direitos e oportunidades.

Muitas vezes, é primeiro necessário inserir as crianças e adolescentes em outras atividades educacionais, não formais, para depois garantir seu acesso e permanência na escola. Paralelamente, oferecer atividades para essa criança para além do horário escolar é uma alternativa eficaz contra sua ocupação no trabalho. Em outros casos, sua inserção profissional em outros setores, quando em idade permitida, é uma estratégia de regularização de sua condição que lhe apresenta alternativas de renda mais interessantes e promissoras, complementarmente à continuidade da formação educacional.

São, todos esses e muitos outros, caminhos possíveis e necessários para a melhoria das condições de vida dessas famílias, para proteção da infância e garantia de direitos com dignidade, de uma forma permanente e transformadora.

GLOSSÁRIO DE SIGLAS:

CTI – Chega de Trabalho Infantil (Projeto).

DRE – Diretoria Regional de Educação (Município).

CRAI – Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes.

SASF – Serviço de Assistência Social à Família.

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.

UBS – Unidade Básica de Saúde.

MSE – Medida Sócio Educativa.

CCA – Centro para Crianças e Adolescentes.

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial.

AME+ - Associação Multiplicando Esperança.

CAMI – Centro de Apoio e Pastoral do Imigrante.

